

Políticas de assistência estudantil e a permanência escolar em um Instituto Federal

Student assistance policies and school permanence in a Federal Institute

Políticas de asistencia estudiantil y permanencia escolar en un Instituto Federal

Recebido: 31/08/2022 | Revisado: 09/09/2022 | Aceito: 11/09/2022 | Publicado: 19/09/2022

Jaqueline Dutra de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3244-3119>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Brasil

E-mail: Jaqueline.oliveira@iffarroupilha.edu.br

Renato Xavier Coutinho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6602-2120>

Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

E-mail: renato.coutinho@ufsm.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar a importância das políticas de assistência estudantil para a permanência dos estudantes do primeiro ano do Ensino Médio Integrado (EMI) de um Instituto Federal. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, e o instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário elaborado para a realização deste estudo. A análise de dados foi desenvolvida por meio da estatística descritiva e a análise de conteúdo. Com o estudo, identificou-se que existe uma contradição em relação ao conhecimento que os alunos possuem sobre as políticas de assistência estudantil e sobre as que são desenvolvidas na instituição. Além disso, para os alunos os recursos disponibilizados para acesso as informações da assistência estudantil são parcialmente satisfatórios. E ainda, os estudantes consideram relevantes as políticas de assistência estudantil para a permanência na instituição. Partindo dos aspectos estudados, conclui-se que as políticas de assistência estudantil impactam positivamente para a permanência dos estudantes, não somente pela disponibilização de recursos financeiros, mas também por oferecer ações que contemplem todas as dimensões dos sujeitos, permitindo que possam se desenvolver plenamente. Essas políticas principalmente na educação profissional apresentam-se como instrumentos para a superação da educação dualista e para a democratização do ensino.

Palavras-chave: Políticas; Assistência estudantil; Permanência.

Abstract

This article aims to investigate the importance of student assistance policies for the permanence of students in the first year of Integrated High School (EMI) at a Federal Institute. It is a qualitative and quantitative study, and the instrument used for data collection was a questionnaire designed to carry out this study. Data analysis was performed using descriptive statistics and content analysis. It was identified that there is a contradiction about the knowledge that students have about student assistance policies and those that are developed in the institution. In addition, for students, the resources available to access student assistance information are partially satisfactory. And yet, students consider student assistance policies to be relevant to stay at the institution. Based on the aspects studied, it is concluded that student assistance policies have a positive impact on the permanence of students, not only by making financial resources available, but also by offering actions that contemplate all dimensions of the subjects, allowing them to develop fully. These policies mainly in professional education are presented as instruments for overcoming dualistic education and for the democratization of education.

Keywords: Policies; Student assistance; Permanence.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo investigar la importancia de las políticas de asistencia estudiantil para la permanencia de los estudiantes en el primer año de la Enseñanza Media Integrada (EMI) en un Instituto Federal. Este es un estudio cuantitativo-cualitativo, y el instrumento utilizado para la recolección de datos fue un cuestionario diseñado para este estudio. El análisis de datos se desarrolló a través de estadística descriptiva y análisis de contenido. Con el estudio se identificó que existe una contradicción en relación al conocimiento que tienen los estudiantes sobre las políticas de atención al estudiante y sobre las que se desarrollan en la institución. Además, para los estudiantes, los recursos disponibles para acceder a la información de ayuda al estudiante son parcialmente satisfactorios. Además, los estudiantes consideran las políticas de asistencia estudiantil relevantes para su permanencia en la institución. A partir de los aspectos estudiados, se concluye que las políticas de atención al estudiante inciden positivamente en la permanencia de los estudiantes, no solo al brindar recursos económicos, sino también al ofrecer acciones que atienden todas las dimensiones de las asignaturas, permitiéndoles desarrollarse integralmente. Estas políticas, principalmente

en la formación profesional, se presentan como instrumentos para la superación de la educación dualista y para la democratización de la enseñanza.

Palabras clave: Políticas; Asistencia al estudiante; Permanencia.

1. Introdução

A história da educação no Brasil mostra que por muito tempo foi dualista, fazendo distinções nas suas formas de organização, para a elite uma educação propedêutica, formação para dirigentes e para a classe trabalhadora uma educação técnica, formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Entretanto, a globalização fez com que a educação começasse a se reorganizar a fim de preparar profissionais mais flexíveis e que assim acompanhassem as constantes mudanças dessa sociedade cada vez mais tecnológica.

O início do século XX trouxe uma novidade para a educação profissional do país quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a preparação de operários para o exercício profissional. (Ramos, 2014, p. 25).

Um exemplo dessa mudança na Educação Profissional são os Institutos Federais, criados em 2008, pela lei 11.892 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Essas instituições oferecem educação superior, básica e profissional, proporcionando uma educação verticalizada.

Como princípio de organização dos componentes curriculares, a verticalização implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica. (Pacheco, 2011, p. 25).

Ainda, um diferencial dos Institutos Federais consiste na oferta do Ensino Médio Integrado (EMI), que é a educação básica integrada ao ensino profissional, e que tem como objetivo oferecer uma formação humana integral, onde o aluno pode continuar seus estudos e/ou se inserir no mundo do trabalho bem qualificado, consciente das dimensões históricas e ontológicas do trabalho na construção da dignidade do ser humano.

Nessa busca pela democratização da educação, o ensino deve ser ministrado permitindo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, no art. 206, “I - a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, proporcionando uma educação que seja igualitária e que permita a todos se desenvolverem plenamente. Assim, as políticas de assistência estudantil têm papel significativo nos espaços escolares e nesse processo de democratização.

Essas políticas são ainda mais significativas em instituições como os Institutos Federais, onde o público atendido é muito heterogêneo, pois recebem alunos de vários municípios, com realidades culturais, econômicas, sociais diferentes. Este fato torna necessária a busca por estratégias e a implementação de políticas de assistência estudantil, que auxiliem na redução dos índices de evasão e retenção, e assim todos tenham oportunidades para permanecer e obter êxito.

Diante dessa realidade, surge a necessidade de estudar as políticas de assistência estudantil e seus impactos na permanência dos estudantes na instituição. E assim buscando, a partir disso, mecanismos para fortalecer essas políticas e proporcionar condições a todos os alunos para que possam se desenvolver de forma integral, em todas as suas dimensões.

Portanto, o presente estudo foi realizado no final do segundo semestre do ano de 2019, com o objetivo de investigar qual o nível de conhecimento e entendimento dos alunos do primeiro ano do ensino médio integrado (EMI), em relação às políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, de que forma eles acessam essas informações, se utilizam ou utilizaram algum benefício e se isso impacta na sua permanência na instituição.

2. Metodologia

Com a finalidade de atingir os objetivos da pesquisa, foi desenvolvido um estudo quanti-qualitativo. Conforme Malheiros (2011), “pesquisas quantitativas buscam transformar a realidade em dados quantificáveis. Já as qualitativas têm o objetivo de compreender a percepção do sujeito. As pesquisas quanti-qualitativas combinam as duas visões”. Assim, foi realizado um estudo de caso, que segundo Yin (2015), é uma estratégia adequada quando se tem questões de “como”, “por que” e “quando” a essência da pesquisa está nos eventos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Para a realização da pesquisa, foi realizado o cadastro no Comitê de Ética da Pesquisa, sob o número de registro 3.545.642 e assim para os alunos maiores de 18 anos foi entregue para assinatura o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e para os alunos menores de 18 anos foram entregues o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), e para assinatura dos pais o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa foi realizada em um Instituto Federal, localizado em um município da região central do estado do Rio Grande do Sul (RS), com 8.440 habitantes conforme censo do IBGE de 2010. Na instituição são oferecidos cursos nas modalidades do ensino médio integrado, subsequente e graduação, totalizando 14 cursos, com um total médio de 1.800 alunos matriculados, sendo que esses estudantes vêm de aproximadamente 80 municípios não só do RS, como também de outros estados do País, como Santa Catarina, São Paulo e Pará.

De acordo com dados institucionais da assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), a situação financeira familiar da maioria desses alunos possui renda entre 1 e 1,5 salário per capita e 0,5 e 1 salário per capita. Apenas uma pequena minoria apresenta mais de 3,0 salário per capita, o que caracteriza esse público atendido com uma condição de fragilidade socioeconômica, e que exige da instituição ações que auxiliem na redução dos índices de evasão e garanta a permanência e o pleno desenvolvimento desses estudantes.

Para a coleta de dados foi elaborado um questionário composto de 8 questões fechadas e 1 aberta. O questionário possuía campos para identificação dos discentes (nome, turma, telefone, e-mail). As demais questões indagavam sobre o conhecimento que estes possuíam sobre políticas de assistência estudantil e quais eram desenvolvidas no campus, se já haviam acessado os documentos institucionais sobre essas políticas, quais as maneiras utilizadas, e também se já utilizaram ou utilizam algumas das políticas do campus e se elas impactam ou não para a permanência do estudante no campus.

Para a análise de dados das questões fechadas foi utilizado o recurso da estatística descritiva que de acordo com (Guedes, et al., 2005, p. 01), baseia-se em, “[...] sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas”.

Em relação a análise de dados da questão aberta, foi realizada de acordo com o método da análise de conteúdo de Bardin, que consiste em:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p.42).

Ainda conforme o autor a análise ocorre em três etapas: pré-análise (leitura flutuante e escolha, organização dos documentos); a exploração do material (codificação dos dados); o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (análise e interpretação dos dados).

3. Resultados e Discussão

A pesquisa contou com a participação de 237 alunos dos 283 matriculados, das 9 turmas do primeiro ano do ensino médio integrado, dos cursos Técnicos em Administração, Alimentos, Agropecuária, Manutenção e Suporte em Informática, com o objetivo de identificar o nível de conhecimento dos alunos do primeiro ano do ensino médio integrado (EMI), em relação as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus. Abaixo, na Tabela 1 seguem as respostas referentes às questões 1 e 2 do questionário.

Tabela 1 – Respostas referentes às questões 1 e 2.

Questões	S	%	N	%
1. Você conhece o que são políticas de assistência estudantil?	114	48	123	52
2. Você conhece as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus?	131	55	106	45

Fonte: Autores.

Deste modo, a partir dos dados da questão 1 é possível identificar que a maioria dos alunos afirmam não conhecer o que são políticas de assistência estudantil, mas conhecem as que são desenvolvidas no campus. Essa contradição foi identificada durante o período em que os alunos respondiam o questionário, conforme faziam a leitura das questões, começavam a identificar que a alimentação, moradia, atendimento com profissionais da saúde eram políticas de assistência desenvolvidas no campus, mas sem o entendimento mais amplo sobre essas políticas, que elas têm como objetivo elaborar e promover ações que auxiliem na garantia do acesso, permanência e êxito escolar, possibilitando que o estudante se desenvolva plenamente.

Essa contradição sobre as políticas de assistência estudantil pode ser reflexo do conceito simplificado de que essas políticas estão ligadas apenas a recursos financeiros e quem as utiliza quem se encontra em situação de fragilidade socioeconômica. Sendo que, no ensino médio integrado elas acabam sendo muito relevantes, pois os alunos ficam na instituição em tempo integral e necessitam de boas condições para estudar, onde ações de saúde, esporte, cultura e lazer precisam ser contempladas permitindo a todos, independentemente da classe social sintam-se pertencentes a instituição e com condições de se desenvolver.

A concepção de política de permanência está relacionada à minimização das dificuldades socioeconômicas que afetam diretamente a permanência no curso, sem a qual os alunos não estariam na instituição. Auxílios como alimentação, transporte e moradia, são as necessidades imediatas destes estudantes, uma vez que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio da instituição exige dos alunos que estejam por um tempo prolongado na instituição, nos turnos extensos ou mesmo nos contra turnos, e em aulas no sábado, devido a especificidades dos cursos técnicos integrados que possuem uma grade curricular extensa. (Ferreira & Souza, 2019, p. 18).

A terceira questão buscou verificar de que maneira os estudantes acessam as informações referentes às políticas de assistência estudantil, desenvolvidas no campus, sendo expostas algumas opções de mecanismos já disponibilizados pela instituição, descritas na Tabela 2.

Tabela 2 – Respostas referentes à questão 3.

Instrumentos utilizados para acesso das informações	Nº	%
Reunião de acolhimento	92	39
Colegas	90	38
Site institucional	65	27
Murais	58	24
Não responderam	54	23
Redes sociais (facebook, instagran, whatsApp)	48	20
Servidores (docentes e TAE's)	26	11
Outros	11	5

Fonte: Autores.

Foram identificados que os meios mais utilizados para acesso às informações sobre as políticas de assistência estudantil são: reunião de acolhimento, os colegas, site institucional e murais. Esses recursos que a instituição disponibiliza são significativos para a divulgação das políticas, para que tanto a comunidade interna, quanto à externa possam conhecer e acompanhar as diferentes estratégias desenvolvidas, a fim de permitir o acesso dos estudantes, e também a sua permanência. Assim, relacionando com a pergunta anterior, pode-se perceber que os estudantes têm informações sobre as ações da assistência estudantil, porém não é apresentado a eles o porquê da existência das mesmas.

Ao necessitar de informações os estudantes, conforme afirma Nascimento e Gasque (2017, p. 214), “preferem aquelas de fácil acesso e, usam, predominantemente, o Google como buscador. [...] As redes sociais - Youtube, Skype, WhatsApp e Facebook – são utilizadas para o estudo e a socialização.” Entretanto, mesmo que estejamos numa sociedade tecnológica, onde a maioria dos jovens utiliza recursos tecnológicos, muitos não têm acesso a esses recursos, principalmente em instituições com o público heterogêneo como o do Instituto Federal onde foi realizada a pesquisa.

Diante disso, a escola como espaço de emancipação, necessita acompanhar essa evolução tecnológica que os jovens vivenciam e auxiliá-los no entendimento do uso adequado e confiável das tecnologias e assim disponibilizar mais ferramentas que auxiliem na trajetória escolar dos estudantes, para que possa acontecer de forma autônoma e crítica, dando o suporte necessário para aqueles que nunca tiveram acesso, para que também possam acompanhar essas evoluções.

Com a questão 4, buscou-se identificar se os alunos utilizavam ou já haviam utilizado alguma das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, sendo disponibilizadas opções para que eles pudessem indicar, como apresentados na tabela a seguir.

Tabela 3 – Respostas referentes à questão 4.

Políticas de assistência estudantil que os alunos utilizam ou já utilizaram	Nº	%
Alimentação – refeitório	201	85
Saúde	146	62
Moradia	58	24
Atendimento com pedagogos, técnicos em assuntos educacionais	49	21
Auxílio permanência	25	11
Não responderam	14	6
Auxílio transporte	12	5
Auxílio eventual	6	3
Auxílio para participação em eventos	5	2
Auxílio atleta	4	2

Fonte: Autores.

Diante disso, identificou-se números bastante significativos em relação ao benefício da alimentação (refeitório), atendimentos com os profissionais da saúde e a moradia já os menos utilizados foram o auxílio para participação em eventos e o auxílio atleta. Esses números mais expressivos são um reflexo da realidade dos alunos do ensino médio integrado, que permanecem na instituição em turno integral e assim esses recursos tornam-se significativos na rotina dos estudantes.

A assistência estudantil, enquanto mecanismo de direito social, tem como finalidade prover os recursos necessários para a transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se perfeitamente bem durante a graduação e obtenha um bom desempenho curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de abandono e de trancamento de matrícula. (Vasconcelos, 2010, p. 609).

Embora (Vasconcelos, 2010) trate sobre a graduação, sua perspectiva pode ser também direcionada para o ensino médio integrado, pois nessa modalidade as políticas de assistência estudantil auxiliam os alunos na superação dos obstáculos enfrentados, permitindo sua permanência na instituição e a busca pelo êxito nos estudos, reduzindo assim os índices de evasão. Possivelmente, em muitos casos, se os alunos não tivessem acesso a essas políticas institucionais, não teriam condições de permanecer na instituição, já que a situação financeira familiar da maioria dos estudantes tem renda entre 1 e 1,5 salário per capita e 0,5 e 1 salário per capita, o que configura como fragilidade socioeconômica e torna-se um fator decisivo entre permanecer ou abandonar a instituição.

Sendo assim, as políticas de assistência estudantil devem propor ações que contemplem os recursos financeiros, mas também deve promover espaços de representação estudantil, de autonomia e emancipação, é relevante que os alunos conheçam, tenham acesso aos documentos referentes às políticas, programas e regulamentos, para que assim estejam conscientes das possibilidades oferecidas pela instituição e para que possam colaborar para a avaliação da efetividade das mesmas e para auxiliar no processo de adequação nos momentos em que é solicitada a participação dos estudantes.

Nesse sentido, a questão 5 tinha como objetivo identificar quais os documentos institucionais referentes aos regulamentos, políticas e programas desenvolvidos na instituição já tinham acessado, como é possível observar na tabela abaixo.

Tabela 4 – Respostas referentes à questão 5.

Documentos das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, já acessados pelos alunos	Nº	%
Moradia estudantil	74	31
Convivência discente do IFFar	59	25
Concessão de auxílios da assistência estudantil	56	24
Não responderam	51	22
Segurança Alimentar e Nutricional	38	16
Promoção do Esporte, Cultura e Lazer	33	14
Apoio didático pedagógico	32	13
Diversidade e Inclusão	25	11
Não violência	12	5
Ações afirmativas	1	0

Fonte: Autores.

Foi identificado que os documentos mais acessados foram da moradia estudantil, de convivência discente do IFFar e de concessão de auxílios da assistência estudantil, já o menos acessado foi o de ações afirmativas com apenas uma indicação. De acordo com (IFFar 2018), “Art. 3º É direito do estudante: I. ter acesso e conhecimento a esse e aos demais regulamentos e normativas institucionais relacionados à vida acadêmica.” Conhecer esses documentos, permite aos alunos saber o que lhes é de direito e dever e o que a instituição disponibiliza para auxiliar na garantia da sua permanência.

Possivelmente, os documentos sobre a moradia estudantil, de convivência discente do IFFar e de concessão de auxílios da assistência estudantil são os mais acessados, pois são questões que estão ligados a rotina diária dos alunos, muitos utilizam a moradia e precisam acessar o regulamento para conhecer o funcionamento e as regras em relação a esse benefício, já o documento da convivência discente vai estabelecer os direitos e deveres dos alunos dentro da instituição e o documentos dos auxílios da assistência estudantil, são os que impactam na condição financeira dos estudantes, como auxílio transporte, eventual, atleta e permanência. Por isso, esses documentos tornam-se mais conhecidos, pois para que possam utilizar os auxílios, precisam conhecer os regulamentos que estabelecem os critérios para concessão.

Em relação ao baixo número de acesso ao documento das ações afirmativas, pode ser caracterizado pela falta de conhecimento sobre essas ações, ou também, por ser um tema pouco explorado e que ainda possui muitos preconceitos em relação ao uso nas instituições de ensino, já que para muitos se resumem apenas como oportunidade de acesso por meio de cotas que levam em consideração a condição das pessoas com deficiência, socioeconômica e étnico -racial. Entretanto, conforme (Toubia 2015, p. 122) “ações afirmativas é um termo amplo e complexo e que vem ganhando força uma vez que têm o ensejo de atenuar as desigualdades econômicas e sociais e promover o processo de inclusão social, política, econômica e educacional [...]”. Nesse sentido, as ações afirmativas estão presentes nas condições de acesso e também no reconhecimento das identidades culturais, sociais, por parte da instituição, são aspectos que estão presentes no dia a dia dos alunos, mas que talvez sejam pouco trabalhados no sentido de ser uma política de assistência estudantil que deve ser reconhecida e fortalecida.

A questão 6, buscou identificar quais as ferramentas que os alunos utilizaram para acessar os documentos citados na questão anterior, conforme apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 – Respostas referente à questão 6.

Recursos utilizados para acessar os documentos das políticas de assistência estudantil	Nº	%
Site institucional	87	37
Colegas	78	33
Reunião de acolhimento	75	32
Murais	54	23
Redes sociais	53	22
Não responderam	40	17
Servidores (docentes e TAE's)	26	11

Fonte: Autores.

Assim, os meios mais apontados pelos alunos foram o site institucional, os colegas, a reunião de acolhimento, sendo que por meio dos servidores (docentes e TAE's) foi o menos indicado. É um direito do aluno conhecer os documentos institucionais, mas para isso é necessário que sejam disponibilizados recursos intuitivos para acesso as informações.

É função da Assistência Estudantil atuar em conjunto com outros setores da instituição e da sociedade para minimizar as necessidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, possibilitando a inclusão social, a produção de conhecimento, a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida. (IFFar 2019, p. 87).

Por isso, é necessário preparar os profissionais da instituição para o conhecimento e divulgação das ações desenvolvidas pela instituição, principalmente pela particularidade do público atendido, que vai do ensino médio integrado até o ensino superior. Isso se torna ainda mais significativo, pois de acordo com Faleiro et al., (2016), os alunos estão mais críticos e observadores a realidade a sua volta, estão mais conscientes dos seus direitos e deveres e da importância das relações interpessoais para o respeito e valorização das diferenças e diversidades culturais.

Essas relações interpessoais que permitem a troca de conhecimentos, a divulgação da organização da instituição, dos benefícios, direitos e deveres que possuem, podem auxiliar no sentimento de pertencimento em relação a instituição da qual fazem parte, fortalecer as representações estudantis e a participação no processo educativo na busca por mais espaços e melhores condições de estudo.

Nessa perspectiva, com a questão 7 buscou-se a verificar se os alunos consideravam satisfatórios os instrumentos disponibilizados pela instituição para acesso às informações referentes as políticas de assistência estudantil, conforme resultados descritos na Tabela 6.

Tabela 6 – Respostas referentes à questão 7.

Você considera satisfatórios os mecanismos disponibilizados para acesso aos documentos da assistência estudantil?	Nº	%
Parcialmente	119	50
Sim	99	42
Não	19	8

Fonte: Autores.

Assim, observa-se que embora sejam disponibilizados vários instrumentos para divulgação e acesso aos documentos da assistência estudantil, para a maioria dos alunos eles são parcialmente satisfatórios, ou seja, em algum momento esses mecanismos não estão contemplando uma divulgação clara e objetiva, o que torna necessário tornar mais eficientes os recursos já disponíveis e buscar outras alternativas que possibilitem um acesso facilitado, que esteja alinhado aos cuidados com as questões orçamentárias e ambientais da instituição.

Nesse sentido, a questão 8 tinha o objetivo de verificar se as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, eram relevantes para a permanência dos alunos na instituição conforme apresentadas na Tabela 7.

Tabela 7 – Respostas referentes à questão 8.

Essas políticas de assistência estudantil são relevantes para sua permanência no campus?	Nº	%
Sim	176	74
Não	61	26

Fonte: Autores.

Sendo assim, observa-se que para a maioria dos alunos essas políticas são relevantes para sua permanência. Isso pode ser um reflexo da maneira como o conceito e as ações de assistência estudantil estão sendo trabalhadas na instituição, onde o objetivo não é possibilitar apenas recursos financeiros, mas também dar atenção às questões de saúde física e psicológica, buscar contemplar todas as dimensões dos estudantes.

Em relação aos alunos que afirmam que as políticas de assistência estudantil não são relevantes para a sua permanência na instituição, pode se dar devido a falta do conhecimento mais aprofundado sobre o conceito dessas políticas e todos os aspectos que elas englobam, que vai além dos recursos financeiros, pois essas políticas promovem ações que contemplem todas as dimensões dos sujeitos para que possam se desenvolver plenamente, com boas condições de estudo e qualidade de vida.

[...] Existe uma intencionalidade de concretizar, nas instituições de ensino públicas federais, ações que complementem as atividades pedagógicas e ampliem a formação do indivíduo em aspectos que consideram a melhoria de sua qualidade de vida como um todo, como a oferta de ações voltadas para saúde, cultura, esporte e inclusão digital, que vão além do atendimento socioassistencial. (Taufick, 2014, p. 187).

Ainda, na questão 8 era solicitado aos alunos que relatassem seu entendimento sobre o motivo que essas políticas eram relevantes ou não para sua permanência. Diante disso, ao analisar o conteúdo das repostas surgiram 4 categorias, são elas:

1) Importância das políticas de assistência estudantil para permanência na instituição, com 58 respostas; 2) A irrelevância das

políticas para sua permanência, 33 respostas; 3) Empatia dos que não utilizam as políticas, em relação aos que necessitam delas para permanecer na instituição, 18 respostas e a 4) Diversos. Abaixo segue os relatos que exemplificam cada categoria.

Categoria 1 - Importância das políticas de assistência estudantil para permanência na instituição:

Nessa enquadraram-se as respostas dos alunos que utilizam algumas das políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, as mais citadas foram, alimentação, moradia e atendimento com profissionais da saúde, esses alunos também afirmam que se não fossem essas políticas não poderiam permanecer na instituição, muitos ainda citam as questões financeiras da família, que os pais não teriam como os manter na instituição.

Porque se eu não tivesse auxílio alimentação não poderia estudar aqui. (Aluno A – 1º ano Alimentos)

Pois sem a moradia e a alimentação minha família não permitiria que eu permanecesse no IFFar. (Aluno B – 1º ADM A)

Uso o refeitório diariamente e sou moradora da moradia estudantil. Já fui no postinho de saúde... Tudo isso foi muito importante como assistência para garantir minha permanência aqui. (Aluna C – 1º ADM B)

Meus pais não teriam condições de pagar um local para mim morar então a moradia é de extrema importância, além de o auxílio ser importante para eu pagar minhas passagens para ir ver meus familiares. (Aluna D – 1º AGRO A)

Pelo acesso a alimentação, posto de saúde, auxílio das pedagogas. (Aluno E – 1º AGRO B)

Alimentação e saúde são usadas por todos, e isso é um fator que nos faz permanecer por saber que a qualquer problema podemos procurar os profissionais da saúde. (Aluna F - 1º AGRO C)

Pois temos todo auxílio necessário para se sentir em casa e com os auxílios nos motivam a fazer algo a mais. (Aluna G – 1º AGRO D)

Essas políticas são essenciais para mim e para muitos outros. Existem dependentes desse mesmo. Considero um mecanismo vital de suma importância para todos, principalmente pela facilitação de comunicação. (Aluna H – 1º MSI A)

Sim, por causa da moradia. Se não eu não teria condições de ir e voltar todo dia. E ainda por cima, ganho as três refeições do dia de graça. (Aluno I – 1º MSI B)

Categoria 2 - A irrelevância das políticas para a permanência:

Para alguns alunos que afirmam que as políticas não são relevantes para a permanência, justificaram sua resposta pelo fato de residirem na cidade onde a instituição se localiza, o que permite a locomoção diária para casa, outros por não conhecer as políticas ou não utiliza-las e ainda os que utilizam alguns benefícios, mas que afirmam que se não tivesse seria indiferente.

Não, pois moro aqui no município. (Aluna A – 1º AGRO A)

Pois só utilizo a alimentação e se não tivesse não faria diferença. (Aluno B - 1º AGRO B)

Não conheço essas políticas. (Aluno C – 1º AGRO D).

Categoria 3 - Empatia dos que não utilizam as políticas, em relação aos que necessitam delas para permanecer na instituição:

Nessa categoria os alunos afirmam não utilizar as políticas e que não precisariam delas para se manter na instituição, mas entendem a importância que elas tem para muitos alunos, pois em muitas situações, se os colegas não tivessem acesso as políticas de assistência estudantil, não teriam como permanecer na instituição.

Tenho condições de permanecer aqui mesmo sem a assistência estudantil. Porém, possuo muitos amigos que seriam obrigados a sair. (Aluna A - 1º ADM B)

Apesar de não utilizar, tem pessoas que utilizam, então acho que é relevante sim. (Aluna B - 1º ADM B)

Não, pois nunca precisei de nenhum auxílio, porém acredito que essas políticas são importantes para diversos alunos da rede federal. (Aluna C - 1º ADM A).

Categoria 4 – Diversos:

Nesse item, encontram-se os alunos que não responderam à questão, ou as respostas que apareceram apenas uma vez.

Por que elas me proporcionam uma estadia melhor. (Aluna A - 1º ADM A)

Pois elas dão a oportunidade de concluir os estudos, valorizo muito a educação. (Aluno B - 1º AGRO D)

As políticas dão mais acessibilidade ao campus. (Aluno D - 1º AGRO C)

Proporcionam várias maneiras de inclusão da diversidade, com mecanismos como os auxílios. (Aluna E - 1º ADM B)

Assim temos regras e conseguimos ter uma boa convivência. (Aluna F - 1º AGRO B)

Nos sentimos mais acolhidos. (Aluno G - 1º MSI A)

A partir dos resultados dessa pesquisa, é possível perceber que as ações de assistência estudantil para os alunos do primeiro ano do ensino médio não são apenas os recursos financeiros que são importantes, mas as ações ligadas a saúde também são significativas para a permanência dos estudantes e para um bom desempenho escolar. A permanência ou não do estudante na instituição de ensino decorre de muitos fatores, sejam cognitivos, físicos, psicológicos, familiares, financeiros, sociais. O que exige políticas e ações que contemplem essa diversidade de situações que impactam na trajetória escolar dos jovens.

Sabe-se que há uma multiplicidade de fatores que influenciam a aprendizagem escolar e o desempenho acadêmico e que os fatores que se relacionam com o processo do aprender envolvem tanto questões pessoais e internas do estudante, quanto questões relacionadas à família e ao grupo social no qual está inserido, bem como questões mais amplas relativas à escola, enquanto contexto de aprendizagem influenciado pelas interações, medidas pedagógicas e decretos governamentais que regem o ensino. Tais fatores se inter-relacionam e se determinam mutuamente influenciando o desempenho acadêmico de um indivíduo. (Suehiro, 2006, p. 561).

Sendo assim, as políticas de assistência estudantil, além de disponibilizar recursos financeiros, precisam também promover ações que contemplem as outras dimensões dos sujeitos, como as questões cognitivas, físicas e psicológicas, oferecendo um ambiente acolhedor e de transformação para os alunos, que sintam pertencentes a instituição e assim possam se desenvolver plenamente.

4. Conclusão

A política de assistência estudantil é um tema importante no processo de democratização do ensino, que é muito discutido no ensino superior, mas que também necessita de atenção no ensino médio integrado, pois o aluno permanece na instituição por tempo integral, o que exige um olhar e ações diferenciadas da instituição de ensino, no sentido de contemplar todas as dimensões desses sujeitos na busca de proporcionar uma formação emancipatória.

Nesse sentido, a partir dos objetivos deste estudo foi possível verificar que os estudantes embora utilizem benefícios das políticas de assistência estudantil, desconhecem o conceito mais amplo que caracteriza essas políticas como um direito

social. Também com a pesquisa observou-se que para a maioria dos alunos, os instrumentos que a instituição disponibiliza para divulgação e acesso das políticas são parcialmente satisfatórios, o que pode em um determinado momento dificultar que as políticas de assistência estudantil cumpram sua função de auxiliar na permanência e êxito dos alunos.

Além disso, mesmo que a pesquisa tenha sido realizada apenas com alunos do primeiro ano do ensino médio integrado, percebeu-se que as políticas de assistência estudantil desenvolvidas no campus, impactam positivamente para a permanência deles, onde para muitos a sua permanência na instituição só se dá pelo fato de ter acesso a essas políticas. E muitos alunos, que nunca utilizaram nenhum benefício estudantil, demonstram empatia em relação aos colegas que necessitam e sabem da importância das políticas para a permanência deles.

Portanto, após esse estudo foi identificado que as políticas de assistência estudantil são relevantes para a permanência dos estudantes na instituição, porém eles têm pouco conhecimento sobre as mesmas. Diante disso, torna-se necessário buscar estratégias que aprimorem as políticas e os recursos de divulgação que a instituição já disponibiliza, além de buscar outras ferramentas para auxiliar nesse processo de fortalecimento e reconhecimento das políticas de assistência estudantil como direito social, e na busca da igualdade política, econômica e a democratização do ensino.

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de novos estudos sobre o tema das políticas de assistência estudantil nos Institutos Federais, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a temática não somente por parte dos profissionais dos Institutos, mas da sociedade em geral, para que assim percebam a importância que essas políticas possuem para a garantia da permanência e êxito dos estudantes e na redução de desigualdades sociais.

Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BRASIL. (1988). Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
- BRASIL. (2008). Lei nº 11.892 (2008). Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF.
- Faleiro, W., & Puentes, R. V. & Aragão, M. C. Influências do Ensino Médio nas perspectivas de futuro de seus estudantes. *Educação (UFSM)*. 411-424. <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/19030>.
- Ferreira, M. C. A., & Souza, M. de F. M. de. A. (2019). Visão dos alunos da educação profissional de nível médio sobre as políticas de permanência estudantil no IFPA. *Educação (UFSM)*. 1-23. <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/34876>.
- Guedes, T. A., Ana B. T. M., Clédina, R. L. A., & Vanderly, J. (2005). Estatística descritiva. Projeto de ensino aprender fazendo estatística. 1-49. http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_et_al_Estatistica_Descritiva.pdf
- Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (2010). Censo 2010. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-vidente-do-sul/panorama>.
- Instituto Federal Farroupilha. (2018). Resolução nº 066/2018. Revoga a Resolução nº 007/2017/CONSUP e aprova o Regulamento de Convivência Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha: <https://www.iffarroupilha.edu.br/assist%C3%Aancia-estudantil/apresentacao-ae>.
- Instituto Federal Farroupilha. (2019-2026) Plano de Desenvolvimento Institucional. <https://www.iffarroupilha.edu.br/documentosiffar>.
- Malheiros, B. T. (2011). *Metodologia da pesquisa em educação*: LTC.
- Nascimento, A. M. R., & Gasque, K. C. G. D. (2017). Novas tecnologias, a busca e o uso de informação no ensino médio. *Informação & Sociedade: Estudos*. 1-14 <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32992>.
- Pacheco, E. (2011). *Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*: Moderna.
- Ramos, M. N. (2014). *História e política da educação profissional*: Instituto Federal do Paraná.
- Suehiro, A. C. B. (2006). Autoconceito e desempenho acadêmico em alunos de psicologia. *Psicologia Argumento, Curitiba*. 55-64. https://www.researchgate.net/publication/37686548_AUTOCONCEITO_E_DESEMPENHO_ACADEMICO_EM_ALUNOS_DE_PSIKOLOGIA
- Taufick, A. L. de O. L. (2014). Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. 1-21. <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpa/article/view/50020>
- Toubia, A. A. T., & Lima, P. G. (2015) Ações afirmativas na educação: os avanços na realidade brasileira na perspectiva da universidade para todos. *Laplage em Revista*. 118-129. <http://www.laplagemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/104>.

Vasconcelos, N. B. (2010). Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revista da Católica, Uberlândia*. 399-411. <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>.

Yin, R. K. (2015) *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (5ª. ed.): Bookman.